

PRIMEIRA INFÂNCIA

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

A Educação Infantil, apesar de inscrita na Constituição como dever do Estado, foi durante muito tempo tratada como atividade filantrópica. A partir dos governos do PT, a educação infantil passou a ser entendida como um direito das crianças brasileiras, o que tornou possível a implementação de políticas educacionais voltadas à primeira infância.

A criação do **FUNDEB** (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) ao término de 2006 representou um divisor de águas, uma vez que o fundo passou a contemplar também a Educação Infantil. O FUNDEB ampliou expressivamente o repasse de recursos da União a estados e municípios, de R\$ 492 milhões em 2006 para mais de R\$ 13 bilhões em 2016.

Em 2007, o Governo Lula lançou o **Proinfância**, voltado para a construção de creches e pré-escolas. Até março de 2015, havia sido contratada a construção de 8.787 creches e pré-escolas, com investimentos de R\$ 10 bilhões, beneficiando 4.178 municípios.

O Programa **Brasil Carinhoso**, implementado pelo governo Dilma em 2012, instituiu o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), elevando a renda mensal per capita de famílias em situação de extrema pobreza para acima de R\$70,00. Além disso, para cada vaga em creche destinada a crianças de famílias beneficiárias do Bolsa Família, o Brasil Carinhoso paga às creches um adicional de 50%.

Políticas de valorização da Educação Infantil foram consolidadas em lei: aprovação da Emenda Constitucional 59/2009, que torna dever do Estado a oferta de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade; aprovação da Lei do Piso Salarial Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que prevê a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de modo a atender 50% das crianças de até 3 anos de idade até 2024.

Os resultados alcançados revelam o compromisso dos governos do PT com o presente e o futuro das crianças brasileiras:

- Entre 2008 e 2016, as matrículas em creches, tanto públicas quanto privadas, cresceram 84,6%, abrangendo mais de 3 milhões de crianças.
- Entre 2003 e 2016, o número de crianças matriculadas em creches mais do que duplicou, saltando de 1.237.558 para 3.238.894.
- O Brasil Carinhoso retirou mais de 8 milhões de crianças e adolescentes da extrema pobreza desde sua criação em 2012, beneficiando famílias que reúnem 16,4 milhões de pessoas.



A R G U M E N T O

EDUCAÇÃO
INFANTIL
EDIÇÃO Nº11
JULHO DE 2017



O DESMONTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

UM GOLPE NO FUTURO

Investir em educação é investir no desenvolvimento econômico e social do país. Não há desenvolvimento sem investimento em educação. Na contramão da política de ampliação dos investimentos implementada por Lula e Dilma, o governo ilegítimo passou a tratar a educação como gasto, e não como investimento, protagonizando iniciativas que afetam diretamente a Educação Infantil:

- ✎ **Teto dos Gastos** - O governo aprovou no Congresso a Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos e anula o piso constitucional dos recursos da Educação e da Saúde por 20 anos. Na prática, isso significa redução de investimento ano após ano.
- ✎ **Proinfância** - A contratação de novas creches está suspensa por prazo indeterminado.
- ✎ **Brasil Carinhoso** - O governo aprovou também a Lei 13.348/2016, que restringe o acesso dos municípios aos recursos do Programa Brasil Carinhoso, penalizando municípios com menos capacidade de investimento.
- ✎ **Investimentos** - O contingenciamento anunciado este ano vai subtrair R\$ 4,3 bilhões do orçamento do MEC, que ainda não comunicou quais programas serão afetados, reduzidos ou eliminados devido ao corte.
- ✎ **Programa Criança Feliz** - Lançado sem nenhum diálogo com as instâncias de controle social e repudiado pelo Conselho Federal de Serviço Social, o programa transfere políticas voltadas à primeira infância para o terceiro setor, eximindo o Estado de sua responsabilidade.

Fórum Nacional de Educação - Através de uma portaria autoritária, o Ministério da Educação alterou a composição do Fórum Nacional de Educação e retirou do Fórum a prerrogativa de articular e coordenar as conferências nacionais de educação, em total desrespeito à Lei que aprovou o Plano Nacional de Educação.

O governo desrespeita sistematicamente as metas inscritas no Plano Nacional de Educação, em especial a Meta 1, que prevê a ampliação do acesso à Educação infantil. Trata-se de um golpe continuado contra a educação pública, que faz o Brasil retroceder 100 anos em 1.

FIQUE ATENT@

- ✎ De acordo com a legislação em vigor, as professoras do magistério público da educação básica têm direito à aposentadoria aos 50 anos de idade e 25 anos de contribuição, enquanto os professores podem se aposentar aos 55 anos de idade e 30 anos de contribuição. Se aprovada no Congresso Nacional, a **Reforma da Previdência** vai elevar a idade mínima de aposentadoria das professoras e dos professores para 60 anos de idade e exigir 40 anos de trabalho para acesso à aposentadoria integral.
- ✎ A **Lei da Terceirização** geral e irrestrita, já aprovada pelo Congresso, permite a contratação de profissionais terceirizados em todas as atividades, inclusive a terceirização de professores e gestores da educação básica pública. Podemos estar próximos do fim dos concursos públicos para contratação dos profissionais da educação.

PARA  INFORMAÇÕES, ACESSE:

WWW.PTNOSENADO.ORG.BR/EDUCACAO-INFANTIL

Para receber o Argumento por e-mail, inscreva-se: www.ptnosenado.org.br/informativo



Liderança do
PT no Senado

Expediente

Líder da Bancada: senador Lindbergh Farias
Chefe de gabinete: Wilmar Lacerda
Coordenação da Equipe de Informação e
Documentação: Daisy Barretta
Diagramação e revisão: Eleonora Viggiano

Assessoria Técnica: Bruno Costa
Coordenadora de Comunicação: Taís Ladeira
Projeto gráfico: Priscilla Borba
Fotografia: Heloisa Ballarini/Secom-SP